



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conselho Superior da Magistratura
Biênio 2018/2019

Presidente

Manoel de Queiroz Pereira Calças

Vice-Presidente

Artur Marques da Silva Filho

Corregedor Geral da Justiça

Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Decano

José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Público

Getúlio Evaristo dos Santos Neto

Presidente da Seção de Direito Privado

Gastão Toledo de Campos Mello Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal

Fernando Antonio Torres Garcia





apresentação

O Tribunal de Justiça de São Paulo tem dimensões de elevado porte e é reconhecido pela grandiosidade de seus números. O presente Relatório de Gestão, portanto, é a materialização desses dados, em face do compromisso de transparência dos órgãos públicos e do dever dos administradores de prestar contas à sociedade.

O foco da atual gestão foi e continua sendo a redução de despesas e o aumento de produtividade. Como servidores que nos esforçamos diuturnamente para alcançar os melhores resultados, temos que, de forma consciente e responsável, contribuir para que os cidadãos recebam

serviços públicos de excelência com a máxima economicidade de recursos. Desta feita, atuamos em diversas frentes de reorganização administrativa, renegociações contratuais e rescisões de contratos de locação, totalizando economia de mais de cerca de R\$ 430 milhões.

Adicionalmente, de forma intrínseca à sua missão de resolver conflitos da sociedade por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados, o Tribunal de Justiça participou ativamente no auxílio à elaboração de projetos de lei aprovados em 2018, entre os quais o que permitem a criação de novos cargos de juiz substituto em 2º grau e de novas Varas Regionais, o que permitirá maior agilidade e eficiência no exercício da Magistratura.

Para alcançar as metas pretendidas, demos destaque especial às ações para a valorização do servidor, com ampliação de cursos de capacitação, concursos públicos, posses e convênios com instituições acadêmicas e, concomitantemente, incentivamos a produtividade e a melhoria nos trabalhos nas unidades de 1º grau por meio do programa Judiciário Eficiente.

O reconhecimento da sociedade e dos demais integrantes do sistema de Justiça demonstram que estamos no caminho certo na promoção da Justiça, equidade e paz social, propósito maior desta Corte. O “Selo Ouro”, conferido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Prêmio Innovare, na Categoria Tribunal, com o programa Adote um Boa-Noite, com os quais fomos agraciados, nos incentivam a continuar Construindo a Justiça.

Manoel de Queiroz Pereira Calças
Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo



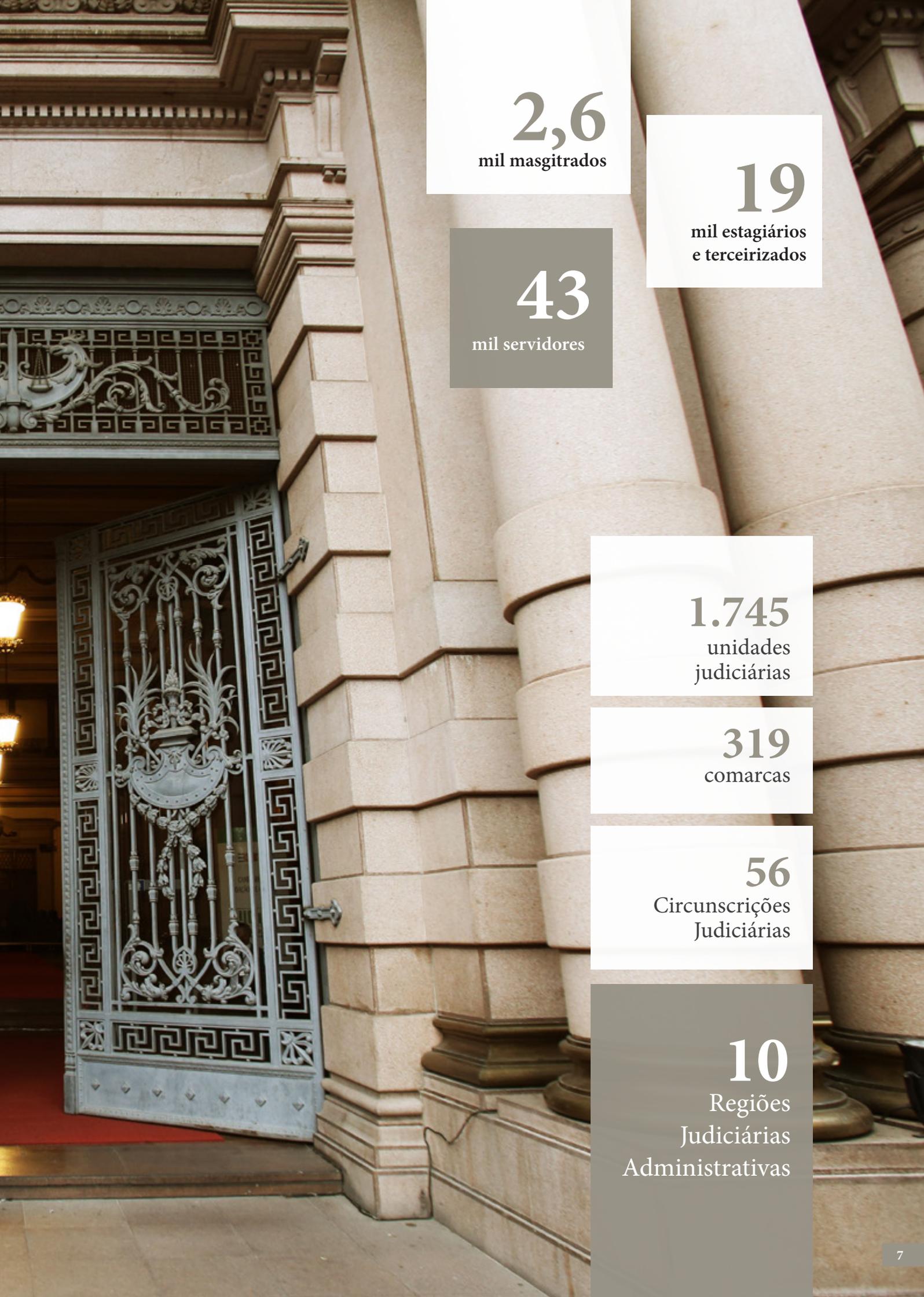
**MAIOR
TRIBUNAL
DO BRASIL**

20
milhões de ações
em andamento

25%
do total nacional
de processos

Sentenças
proferidas 1ª grau

987.589
Processos
julgados em 2ª grau



2,6
mil magistrados

19
mil estagiários
e terceirizados

43
mil servidores

1.745
unidades
judiciárias

319
comarcas

56
Circunscrições
Judiciárias

10
Regiões
Judiciárias
Administrativas





missão

Resolver conflitos da Sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados.

valores

Legalidade,
Impessoalidade,
Moralidade,
Publicidade,
Eficiência.

visão

Ser reconhecido nacionalmente como um Tribunal moderno, célere e tecnicamente diferenciado, tornando-se um instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social.

Sumário



15	Gabinete Civil
16	Mutirão de Cartas Rogatórias
17	Tramitações Internas
18	Campanha de Acessibilidade
19	Media Training para Magistratura
19	Gravação do Órgão Especial
20	Visitantes
20	Site do TJSP e Imprensa
20	Exposições e apresentações
21	TJSP na mídia
23	TGC
24	Otimizar Ocupação de Imóveis Próprios
25	Renegociações Contratuais
26	Reestruturação de Engenharia e Arquitetura
27	Melhorias em Contratações, Patrimônio e Almoxarifado
28	Melhorias em Logística e Frotas
31	Integração com a Polícia Civil para Encaminhamento de Inquérito Policial
31	Portal de Intimação Eletrônica da Defensoria Pública
32	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0
33	Gravação de Depoimento Especial
34	Melhorias da Proposta Orçamentária 2019
34	Selo Digital dos Cartórios Extrajudiciais
36	Documentos Fiscais - AUDESP
36	Encargos Trabalhistas
37	Centralização de Pagamentos de Oficiais de Justiça
38	Uniformização de procedimentos de prestação de contas
38	Prestação digital de contas
41	Recursos Humanos
42	Reestruturação Administrativa
42	Capacitação de servidores
44	Posse e movimentação de servidores
45	Informatização dos Processos de Trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas
45	Comunicação com os Servidores
46	Saúde do Servidor
47	Concursos públicos
49	Assuntos de Segurança Pública
51	Gaorp - Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse



53	Assuntos Jurisdicionais
54	Emissão de Certidões de 2ª Instância pelo Portal
55	Mutirão dos Processos de Poupança
57	Desocupação de um dos Galpões do Complexo Ipiranga
57	Portal de Intimações para o Ministério Público – 2º Grau
58	Regionalização de Varas
58	Central de Mandados Digital
59	Controladoria de Mandados
60	Arquivo
61	Termo Circunstanciado de Ocorrência da Polícia Rodoviária
61	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
61	Modelo de Gestão de Recolhimento de Custas Judiciais
63	Designação de Magistrados
65	Transferência do acervo e tramitação digital dos processos
65	Informatização do Processo Eleitoral
66	Projetos de Lei aprovados na Assembleia Legislativa
68	Pagamento de Folhas Suplementares
68	Novo Regramento de Créditos de Dias de Compensação
71	Controle Interno
73	Auditoria nos contratos de motoristas terceirizados
74	Liberação de valores inscritos em Restos a Pagar
74	Auditoria de Gestão nos Contratos de Outsourcing
76	Monitoramento da Desoneração da Folha de pagamento nos contratos de TI
79	Planejamento
80	Nova Proposta de Planejamento Estratégico
80	Proposta de Reformulação dos Critérios Atuais de Entrância
81	Programa Judiciário Eficiente – 2ª Edição
83	Relatório dos Maiores Litigantes
85	Reconhecimento
86	Prêmio Justiça em Números
89	Prêmio Innovare
90	Prêmio Conbrascom
93	Prêmio Conciliar é Legal



The background of the page is a complex, ornate floral pattern. It features large, stylized leaves and scrolling vines in shades of brown, gold, and blue. The pattern is dense and detailed, with a classic, possibly Art Deco or Art Nouveau, aesthetic. The colors are muted and earthy, creating a sophisticated and textured backdrop for the text.

Gabinete Civil

Os diversos projetos realizados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo têm em comum a busca incessante por maior eficiência e transparência. As estatísticas dos feitos sobrestados e suspensos, mês a mês, referentes aos casos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos são encaminhadas ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep).



Mutirão de Cartas Rogatórias

Projeto

A seção de processamento das cartas rogatórias foi incorporada à Secretaria da Presidência, visando a dar mais agilidade à atividade.

Desenvolvimento

Mutirão para regularizar o serviço represado e melhorar as práticas de trabalho, como a digitalização dos expedientes, em especial das traduções, com inserção no sistema CPA.

Resultados

Não existe mais nenhum ofício ou carta rogatória aguardando encaminhamento ao Ministério da Justiça.

Tramitações Internas

Recebimento e análise de processos para elaboração de minutas de despachos/decisões, decisões monocráticas e votos

75	Suspensões de liminares ou sentenças
39	Recurso especial (negando seguimento)
25	Recurso especial (dando seguimento)
188	Recurso extraordinário (negando seguimento)
86	Recurso extraordinário (dando seguimento)
68	Votos e declarações de votos proferidos
3.125	Decisões diversas (despachos de mero expediente, arguição de suspeição/impedimento, embargos de declaração, formalização de ato demissório)

3.640 Total





Campanha de Acessibilidade

Projeto

Inclusão efetiva das pessoas com deficiência nas unidades de trabalho do TJ.

Desenvolvimento

Campanha “Pessoa com deficiência, inclusão é valorizar” com realização de materiais físicos e virtuais, como cartazes, banners, email marketing, notícias e vídeos com entrevistas de pessoas com deficiência retratando suas atividades profissionais no TJ, com depoimento de colegas e gestores.

Resultados

Criação de canal específico de comunicação com a Comissão de Acessibilidade e realização de pesquisa com magistrados e servidores do TJ, por meio de questionário na intranet.

80
magistrados
MEDIA TRAINING



Media Training para Magistratura

Projeto

Preparo sistemático dos juízes recém-ingressados na Magistratura para atendimento à imprensa.

Desenvolvimento

Realização de treinamento de porta-vozes, em parceria com a Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Resultados

Na primeira edição do Media Training, foram treinados 80 juízes do 187º Concurso de Ingresso na Magistratura.

Gravação do Órgão Especial

Projeto

Revisão, visando à economia de recursos, do processo de gravação e disponibilização das sessões do Órgão Especial, anteriormente realizado por meio de empresa contratada.

Desenvolvimento

Estudos apontaram a viabilidade do processo de transmissão, edição e disponibilização online ser realizado por equipe própria do Tribunal de Justiça. Foram adquiridos, por meio de licitação, os equipamentos necessários.

Resultados

O contrato com a empresa terceirizada foi cancelado e as transmissões, edições e a disponibilização no site do Tribunal são realizadas inteiramente por equipe própria.

Visitantes

Palácio da Justiça | 6.257
Museu | 6.911
Visitas monitoradas | 222

Site do TJSP

Notícias publicadas | 1.600
Fotografias | 250.000
Cobertura de 10 júris de
repercussão nacional

Imprensa

Atendimentos | 50/dia (média)

Exposições

“Hoje e Sempre” - 86º
aniversário da Revolução
Constitucionalista de 1932

“Memórias Notariais: série
de documentos históricos”

Apresentações

Quem canta seus
males espanta” | 13

Projeto Quintas no Museu

The background of the entire page is a close-up, detailed view of dark, ornate metalwork, likely cast iron or steel, featuring intricate scrollwork and leaf-like patterns. The lighting is warm and directional, highlighting the textures and curves of the metal. The overall aesthetic is classic and sophisticated.

**Justiça em Números: TJSP
é o que menos pesa para
economia de seu Estado**

Estadão, Exame, R7

**Mutirão da
Paternidade Responsável**

TV Globo e Record

Instalação do NAT-Jus

TV Globo

**Aumento da
produtividade no TJSP**

Folha de São Paulo

**Redução de gastos
na Justiça paulista**

Valor Econômico

**TJSP na mídia
*destaques***



TGC

TECNOLOGIA, GESTÃO E CONTRATOS

As diversas frentes de trabalho de reorganização administrativa, renegociações contratuais e rescisões de contratos de locação, resultaram em uma economia anual de cerca de R\$ 100 milhões, com otimização da ocupação de imóveis próprios, melhorias em contratação em logística e frotas. As integrações de sistemas de tecnologia com instituições parceira, como a Defensoria Pública, Polícia Civil e Cartórios Extrajudiciais possibilitaram mais agilidade na prestação jurisdicional.



economia

36
milhões
CONTRATOS

Otimizar Ocupação de Imóveis Próprios

Projeto

Ação integrada para rearranjo físico ocupando espaços subutilizados de imóveis próprios e identificação do potencial de redução de custos com aluguéis.

Desenvolvimento

- Rescisão contratual de imóvel alugado na Av. Alcântara Machado e de 125 vagas de garagem edifício Haze.
- Viabilização de Leilão de Inservíveis do TJSP liberando espaços nos prédios alugados de almoxarifados do Tatuapé e Ipiranga.
- Conclusão da desapropriação do prédio GADE 9 Julho
- Adensamento de layout e ocupação do prédio da praça Patriarca com a rescisão contratual do prédio da rua Conde do Pinhal
- Conclusão e mudança ao prédio próprio de São José do Rio Preto

Resultados

Economia de R\$ 36 milhões/ano em contratos.



economia

21
milhões
ALUGUÉIS

Renegociações Contratuais

Projeto

Reestruturação da Diretoria de Contratos e mobilização de equipe voltada a estudos e reuniões de negociação de reajustes e reduções de escopos contratuais com participação dos Gestores de Contratos.

Desenvolvimento

Atividades de redução de custos para todos os contratos com renovações em 2018, tais como:

- Redução de reajustes em contratos de Limpeza e do Arquivo geral de Jundiaí.
- Aglutinação em Contratos de Vigilância, Limpeza e Elevadores.
- Redução de postos de Vigilantes com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento.
- Revisão dos contratos de Energia Elétrica – prédios média tensão.
- Redução dos postos de trabalho de Reprografia
- Renegociação de diversos Aluguéis

Resultados

Economia de R\$ 21 milhões/ano em aluguéis.

Reestruturação de Engenharia e Arquitetura

Projeto

Introdução de Eng.º de Planejamento e capacitação das equipes para atuação conforme boas práticas técnicas e de gestão para priorização e atendimento de 2.500 demandas de estudos técnicos e vários projetos de obras pendentes de solução.

Desenvolvimento

- Conclusão das entregas de projetos anteriormente encomendados de Eng.^a e Arquit. com o Consórcio contratado para Apoio Técnico.
- Desmobilização do Contrato atual de Apoio Técnico e realização de 2 Concorrências com empresas distintas para PROJETOS e FISCALIZAÇÃO visando ao aperfeiçoamento nos controles do TJSP sobre Projetos e Obras.
- Atualização do Anteprojeto Arquitetônico e Projeto Legal das TORRES – GADE Conde de Sarzedas.
- Execução e Fiscalização de Diversas Obras de Reformas, de Estudos de Arquitetura para adequação dos espaços na Capital e no Interior.
- Portaria Contratação de Pequenas Reformas - ARP diretamente pelas RAJs

Resultados

Economia de R\$ 42 milhões nos novos contratos em Projetos e Fiscalização.

economia

42
milhões
NOVOS
PROJETOS



Melhorias em Contratações, Patrimônio e Almoxarifado

Projeto

Redução de tempo de contratação, agilidade na tramitação processos administrativos e nas baixas patrimoniais, capacitação das equipes, redução de estoques de segurança nos almoxarifados.

Desenvolvimento

- Elaboração, Divulgação e Treinamentos de Manual de Gestores de Contratos.
- Inversão de Fases em Licitações.
- Unificação Comissões CAL / CAEC.
- Novos Procedimentos para Cadastro de Ativos Imobiliários, CPMI, Portaria CPA Digital, Padronização Registros Almoxarifados, Inventário 100% Digital e Instauração de Apuratórios Anticorrupção, Atualização do Anteprojeto Arquitetônico e Projeto Legal das Torres – Gade Conde de Sarzedas.
- Execução e Fiscalização de Diversas Obras de Reformas, de Estudos de Arquitetura para adequação dos espaços na Capital e no Interior.
- Portaria Contratação de Pequenas Reformas - ARP diretamente pelas RAJ's

Resultados

Custos evitados nas novas contratações até novembro: R\$ 261.574.766,51 e redução média de 50 dias por licitação (20% menor em que 2017)

Melhorias em Logística e Frotas

Projeto

Modernização das práticas de Gestão de Frotas, Rede de Suprimentos, Gestão de Oficinas e Logística de Malas e Malotes.

Desenvolvimento

Equipes de trabalho focadas na implantação de:

- Sistema SAJ Frotas: controle da utilização de viaturas e motoristas.
- Taxi-TJSP (mar/19): redução no custo de km de R\$ 18 para R\$ 4 na frota de serviços.
- Leiloeiros Credenciados (jan/19): maior divulgação e eficácia na venda de inservíveis.
- Cartão Combustível (jan/19): ampla capilaridade no abastecimento e lavagem da frota. Economia Prevista: 4,3%.
- Unificação Malas e Malotes (mar/19): logística unificada para transporte de processos.
- Unificação de gestão oficinas próprias e manutenção terceirizada: melhor aproveitamento de mão de obra (4.236 Ordens de Serviço executadas)
- Padronização de lançamentos de estoque nos 360 almoxarifados do TJSP: confiabilidade e controle na distribuição de suprimentos.

Resultados

Redução de custos administrativos em frota/motoristas e liberação de servidores para outras atividades do TJSP, com melhoria da prestação dos serviços.

Reduções Contratuais | R\$ 35.797.000/ano

		Economia Anual mil reais
Arquivo Geral - Jundiaí	Redução de reajuste anual	1.416
Locação - 12 Contratos	GADE MMDC e outros	2.202
Serviços - 20 Contratos	Manutenção elevadores, CFTV, vigilância	498
Limpeza - Contratos	Aglutinação de 82 contratos em 45	4.867
Limpeza - 16 Contratos	Redução de reajuste	869
Reprografia	Redução de postos	4.032
Segurança Patrimonial fev/19	Implantação S.I.M.	7.892
Postos Vigilância - Redução	Aglutinação de 32 contratos em 20	12.909
Energia Elétrica	Revisão contratos media tensão e capacitores	450
Manutenção de Elevadores jun/19	Aglutinação de 198 contratos em 41	662

Rescisões de Aluguéis | R\$ 20.993.000/ano

		Economia Anual mil reais
Av. Alcântara Machado	Garagem	452
Rua Conselheiro Furtado	Vagas de garagem	430
Taubaté VEC	Mudança de endereço	141
São José do Rio Preto	Uso de prédio próprio	215
Rua Conde do Pinhal fev/19	Uso de prédios próprios	480
1.916 m ² Galpões Ipiranga fev/19	Leilão de inservíveis	431
Almoxarifado Tatuapé abril/19	Uso de prédio próprio e logística de entregas	2.264
GADE 9 de Julho	Desapropriação concluída	16.580

Custos evitados | licitações 2018

Modalidade Licitação	Volume de operações até nov.	Valores negociados	Custos evitados
Pregão eletrônico	R\$ 955.598.124,62	R\$ 715.950.660,21	R\$ 239.647.464,41
Concorrência	R\$ 65.526.763,33	47.243,925,09	R\$ 18.282.838,24
Contratação Direta	R\$ 10.144.389,08	R\$ 6.528.218,12	R\$ 3.616.170,96
Tomada de Preço	R\$ 186.266,50	R\$ 164.640	R\$ 21.626,5
Pregão Presencial	R\$ 56.666,40	R\$ 50.000	R\$ 6.666,4
Totais	R\$ 1.031.532.459,93	R\$ 769.957.693,42	R\$ 261.574.766,51

diminuição

20%
TEMPO
CONTRATAÇÃO

Redução média de 50 dias por licitação

Redução de TEMPO MÉDIO DE LICITAÇÃO		
Modalidade	Tempo Médio Dias Corridos	
	2017	jan a out/18
Concorrência	272	219
Pregão	208	159





Integração com a Polícia Civil para Encaminhamento de Inquérito Policial

Projeto

Parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) para tramitação eletrônica dos inquéritos policiais.

Desenvolvimento

Projeto-piloto na Vara da Violência Doméstica e Familiar do Foro Regional do Butantã. As medidas cautelares e os inquéritos policiais eletrônicos foram implantados gradativamente em todo o Estado, sendo concluído em novembro na comarca da Capital.

Resultado

Procedimentos como impressão de cópias, deslocamento para assinaturas e transporte de expedientes passaram a ser feitos eletronicamente. Com tramitação mais célere, acessível e segura, o inquérito digital possibilita a consulta e a análise dos autos digitais por todos os operadores simultaneamente e em tempo real, a qualquer hora e dia.

Portal de Intimação Eletrônica da Defensoria Pública

Projeto

Integração entre os portais do TJSP e da Defensoria Pública Estadual, nas unidades de 2º Grau, para realização de intimação e citação eletrônica de atos processuais.

Desenvolvimento

Implantação gradativa da funcionalidade, tendo como unidade-piloto a Subseção de Direito Privado 1.

Resultado

Desde novembro, as intimações de defensores, oriundas de processos eletrônicos, em todas as seções, são realizadas por meio do Portal, garantindo celeridade e segurança no cumprimento dos atos.

Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0

Projeto

Integração, junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o controle de prisões no âmbito nacional. A nova versão do sistema possibilita, além do monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário, o controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em tempo real, em âmbito nacional, viabilizando a criação do Cadastro Nacional de Presos para gestão de informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas nos demais Estados integrados ao sistema. Com o BNMP 2.0, o Poder Judiciário passa a dispor de um banco de dados dinâmico e de abrangência nacional.

Desenvolvimento

Acordo firmado entre CNJ, TJSP e Tribunal de Justiça de Santa Catarina deu origem ao grupo de trabalho multidisciplinar para levantamento dos requisitos, desenvolvimento, homologação e implantação. A integração, iniciada em dezembro de 2017, recebeu, ao longo de 2018, novas funcionalidades e melhorias, totalizando mais de 10 mil horas de desenvolvimento.

Resultado

Mais de 1,5 milhões de RJI's (Registro Judicial Individual) cadastrados pelas unidades cartorárias do TJSP.



1,5 milhões
REGISTRO
JUDICIAL
INDIVIDUAL

Gravação de Depoimento Especial

Projeto

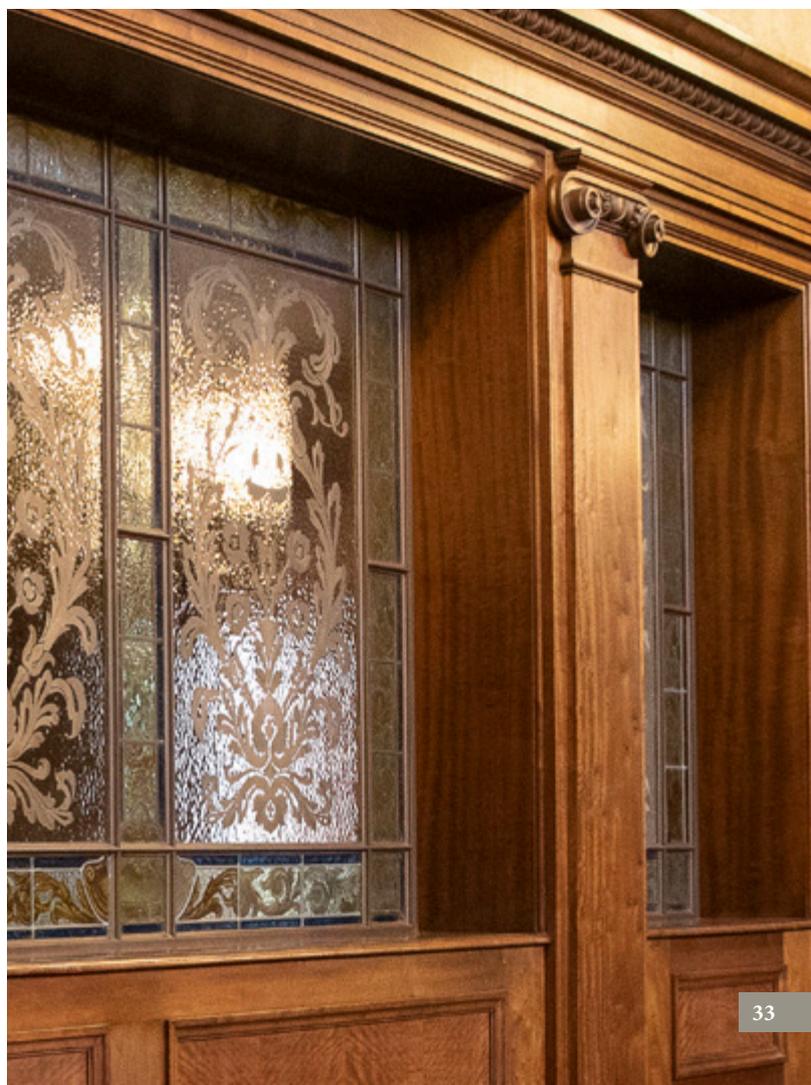
Ampliação a todas as unidades do Estado da técnica humanizada para oitiva de menores vítimas ou testemunhas de violência e abuso sexual, obrigatória a partir da edição da Lei nº 13.431/17, que fixou prazo de um ano para adoção da escuta especializada pelos tribunais, embora o método já estivesse sendo adotado pelo Judiciário paulista, com base na Recomendação n. 33/10, do CNJ. O depoimento é colhido em sala especial, na presença de psicólogo e/ou assistente social capacitado, e a conversa é transmitida ao vivo para a sala de audiência. O ato processual fica gravado e é anexado aos autos para evitar que a criança seja ouvida em outras fases da ação ou em eventual recurso, evitando, dessa forma, sua revitimização.

Desenvolvimento

Implementação do depoimento especial em todas as varas da Infância e Juventude e de Violência Doméstica, utilizando a estrutura e as ferramentas de comunicação e chamadas de áudio e vídeo já existentes no TJSP. Foram adquiridos apenas *webcams*, microfones e *headsets*.

Resultado

A gravação dos depoimentos é realizada em CD ou DVD e segue fisicamente com o processo, atendendo a todas as exigências e necessidades. Outros tribunais passaram a adotar o modelo, por ser uma solução eficiente e de baixo custo.



Melhorias da Proposta Orçamentária 2019

Projeto

Melhorias para atender à Resolução nº 195/14-CNJ e no sistema de transmissão de dados.

Desenvolvimento

Relatório em atendimento à Resolução e inclusão de uma nova etapa, denominada pós-coleta, de validação prévia de dados para que eventuais registros inconsistentes possam ser visualizados e corrigidos antes da transmissão para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Resultado

Atendimento aos preceitos da Resolução e maior agilidade na coleta de dados da Proposta Orçamentária e na transmissão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O projeto, finalizado em julho, já contemplou a Proposta Orçamentária de 2019.

Selo Digital dos Cartórios Extrajudiciais

Projeto

Atendimento à Meta nº 7 da Corregedoria Nacional de Justiça, permitindo que o cidadão possa consultar e conferir, de forma simples e rápida, informações de atos praticados pelas Serventias Extrajudiciais do Estado, facilitando, por sua vez, a fiscalização e a correção remota efetuadas pela Corregedoria Geral da Justiça.

Desenvolvimento

Implantação de Sistema para Consulta e Controle de Selo Digital e adequações por parte das empresas de desenvolvimento de softwares das Serventias.

Resultado

O cidadão pode consultar informações online de todos os atos praticados pelas Serventias Extrajudiciais do Estado, por meio de dispositivo móvel que efetue a leitura do QR Code impresso no ato ou pela digitação no Portal do TJSP do código do Selo Digital lançado no ato, garantindo-se maior transparência dos dados e sua conferência e confirmação a qualquer tempo.





186

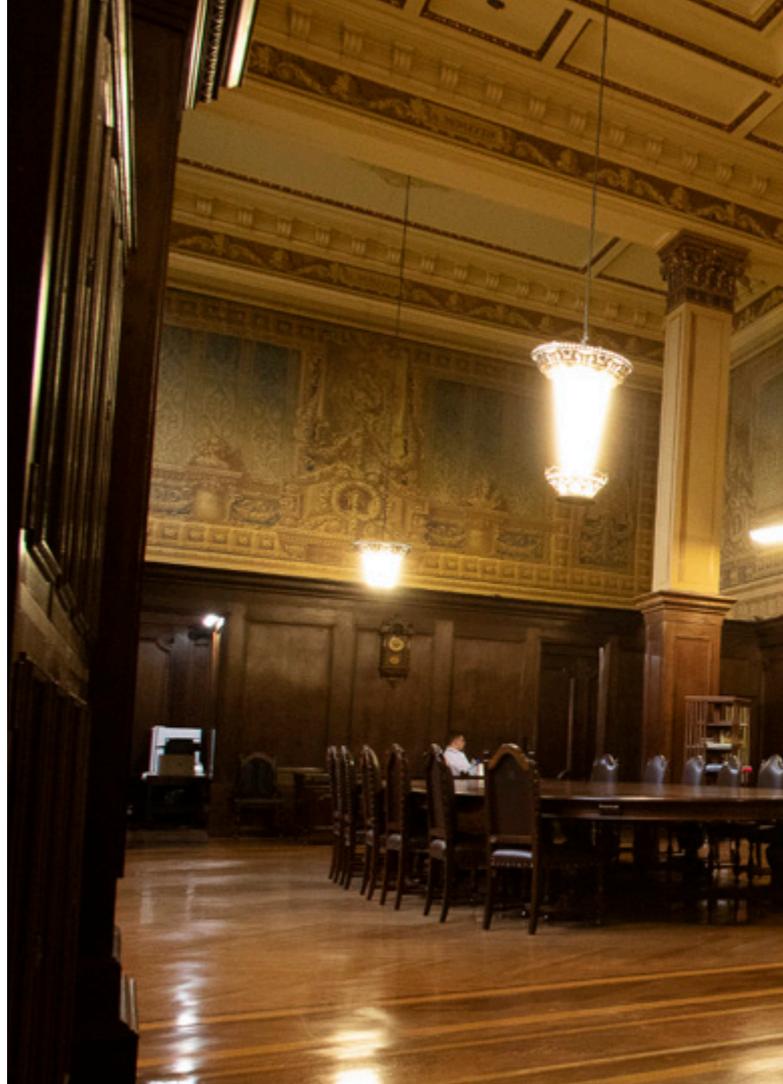
CONVÊNIOS

2ª fase
Campanha
Juntos Podemos
Parar o Abuso
Sexual nos
Transportes

Programa
de Práticas
Restaurativas na
Fundação Casa

Mediação
comunitária pela
Polícia Militar

Instituto WCF-Brasil
direitos da criança e
do adolescente



Documentos Fiscais - AUDESP

Projeto

Inclusão digital dos documentos fiscais no módulo SGF (SAJADM), ateste do documento pelos fiscais administrativos, inclusão de guias de ISS, de forma a evitar o envio do documento físico pelos Correios, atrasos de pagamentos em decorrência de problemas nos malotes, greves, entre outros e também para atender à Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas Estadual (Audesp).

Desenvolvimento

Módulo no SAJADM, inicialmente para contratos de prestação de serviços de limpeza da 7ª RAJ e, posteriormente, estendido aos demais contratos, de forma digital.

Resultado

Os resultados se mostraram positivos com a redução do número de correspondência física, de envelopes, despesas dos Correios, atendendo à Audesp e minimizando os encargos moratórios dos tributos.

Encargos Trabalhistas

Projeto

Inclusão digital de documentação referente “Encargos Trabalhistas”, por meio da criação de tarefa para os processos físicos correspondentes, no SAJADM/CPA.

Desenvolvimento

Piloto na 7ª RAJ para contratos de serviços de limpeza, estendido gradativamente para as demais RAJs e respectivos contratos de prestação de serviço com mão de obra residente.

Resultado

Eliminação dos processos físicos anteriormente gerados em grande volume para autuação dos expedientes. Facilidade na consulta para realização dos procedimentos necessários, como, por exemplo, atender solicitações da Procuradoria Geral do Estado referentes a ações trabalhistas.



Centralização de Pagamentos de Oficiais de Justiça

Projeto

Sistema de pagamento mensal aos oficiais de Justiça das diligências dos mandados pagos e cumpridos, de forma a controlar os saldos dos depósitos das diligências judiciais e dos pagamentos efetuados, propiciando estudos de reversão de eventuais remunerações ao FED, assim como a padronização das atividades no processo de pagamento das diligências e financeiros nas Centrais de Mandados (SADM), incluindo na DIRF os valores recebidos, a título de diligência dos mandados pagos, pelos oficiais de Justiça.

Desenvolvimento

Piloto do novo módulo de pagamentos com as diligências devidas em dezembro, incluindo preenchimento dos mapas do 2º Grau, autorização de forma eletrônica e consistência, compilação e envio dos dados ao Banco do Brasil, assim como a recepção do arquivo retorno para análise da Secretaria de Orçamento e Finanças. Em desenvolvimento, módulo de pagamento dos mapas dos mandados do 1º grau.

Resultado

Todos os mapas preenchidos pelos oficiais de justiça do 2º Grau e autorizados até 17/12, foram devidamente pagos em 18 e 19/12.

Uniformização de procedimentos de prestação de contas

Projeto

Conversão das verbas distribuídas às comarcas do Interior para o regime de adiantamento, com o objetivo de uniformizar os procedimentos para utilização e prestação de contas das verbas (Interior e Capital).

Desenvolvimento

Continuidade da conversão para o regime de adiantamento da verba das comarcas da 7ª RAJ, cujo projeto-piloto iniciou-se pela comarca de Santos, resultando na inclusão de 17 comarcas.

Resultado

Em vista do êxito do programa-piloto foi dado prosseguimento à segunda etapa da conversão, na qual serão convertidas em adiantamento as verbas de 29 comarcas da Grande São Paulo (1ª RAJ). Entre os benefícios, a rapidez na prestação de contas e o melhor aproveitamento dos recursos, uma vez que os valores remanescentes são recolhidos a cada mês e revertidos à dotação do Tribunal, enquanto que a distribuição carrega o saldo de um trimestre para outro e o recolhimento do 4º trimestre ocorre após o encerramento do exercício, como receita da Fazenda Estadual.

Prestação digital de contas

Projeto

Envio das prestações de contas pelo CPA (digitalmente), iniciado pelos Adiantamentos.

Desenvolvimento:

Digitalização das prestações de contas de Adiantamentos na DARAJ 3 – Bauru, comarcas de Santos e de Mongaguá e Fórum João Mendes Júnior (Adiantamento da Capital) para verificar a viabilidade da digitalização, inclusive com a normatização para aceitação dos documentos digitais pelo Tribunal de Contas.

Resultado

As etapas de encaminhamento de NE (Nota de Empenho), NL (Nota de lançamento), PD (Programação de Desembolso) e OB (Ordem Bancária) estão sendo realizadas exclusivamente pelo CPA para avaliação de eventuais dificuldades das Unidades prestadoras de contas e aperfeiçoamento da ferramenta disponível (CPA - Tarefas). A digitalização poderá, em uma próxima etapa, ser estendida a outros Adiantamentos.

The background image shows a grand, ornate interior, likely a courtroom or library. At the top, there is a large, intricate mural with classical figures and architectural elements. Below the mural is a dark wood bookshelf filled with books. In the foreground, a wooden table is partially visible with several dark leather chairs. A hanging lamp with a white shade and a decorative metal base is positioned on the left side of the frame.

TJ SUSTENTÁVEL

economia

6,8 milhões de kWh de energia
16 mil m³ de água
28 mil resmas de papel sulfite
1,5 milhão de copos descartáveis

353 unidades
participantes

1º lugar: Comarca da Barra Bonita
2º lugar: Comarca de Cananéia
3º lugar: Comarca de General Salgado





Recursos Humanos

Reestruturação organizacional visando à redução de custos de R\$ 330 milhões, além de aprimoramento dos processos de trabalho e redução da burocracia entre as unidades, associadas a iniciativas para a valorização do servidor, com ampliação de cursos de serviços de saúde, capacitação, concursos públicos, posses e convênios com instituições.

Reestruturação Administrativa

Projeto

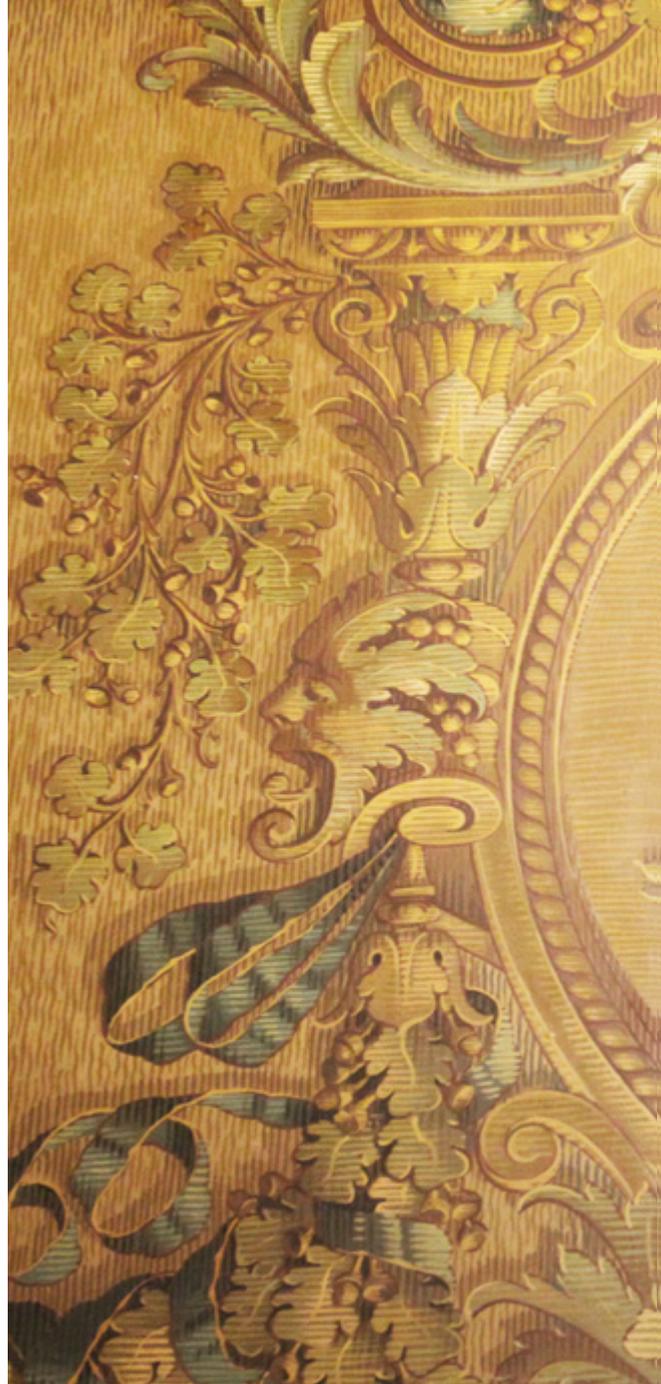
Reestruturação das áreas administrativas, respeitando o processo de trabalho, os resultados prospectados para a unidade reestruturada e os indicadores de desempenho almejados.

Desenvolvimento

Reestruturações com foco na redução do número de secretarias e alinhamento de processos de trabalho, passando de 12 secretarias e 1 diretoria para 8 secretarias e 2 diretorias, e reestruturações para simplificação dos processos de trabalho as Secretarias de Primeira Instância e Secretaria de Administração e Abastecimento. Na SPI, 112 servidores foram alocados em Cartórios e na SAAB o foco foram os setores de serviços e demandas de manutenção, contratos e patrimônio.

Resultados

Estima-se redução de custos de R\$ 330 milhões em 2 anos (2018/2019), além de aprimoramento dos processos de trabalho e redução da burocracia entre unidades.



Capacitação de servidores

Projeto

Investimento em Capacitação de Servidores, aprimorando modelos anteriormente existentes, com ênfase em treinamentos na plataforma *Moodle*, que possibilita o ensino a distância de maneira maciça, disseminando o conhecimento nas competências requeridas para o desenvolvimento de um trabalho de excelência.



112.666
inscrições
PALESTRAS

15.000
inscritos
MOODLE

Desenvolvimento

Mais de vinte treinamentos sobre o sistema SAJ e o processamento dos feitos. Realização do primeiro treinamento virtual para o plantão do recesso, o que possibilitou que os participantes tirassem dúvidas diretamente com os servidores responsáveis pela transferência do conhecimento.

Resultados

Mais de 15.000 inscritos em um ano, uso da Plataforma Moodle de ensino a distância, sem custo adicional ao TJSP, por meio de trabalho desenvolvido integralmente pelos servidores do TJSP. Adicionalmente, foi realizado do I Workshop de Gestão de Contratos do TJSP, com a presença do Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e do presidente do Tribunal de Conta do Estado de São Paulo, Renato Martins Costa.



Posse e movimentação de servidores

Posse para
818 cargos efetivos

1.138 cargos
de assistente judiciário
ou assistente jurídico

635 cargos em
comissão diferenciados

2.289 servidores
movimentados nas
reestruturações promovidas

Finalização do
Concurso de Remoção 2018

Requisição de 6.397 servidores
para a Justiça Eleitoral,
contribuindo para o processo
de realização das Eleições 2018



Informatização dos Processos de Trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto

Mais de 30 projetos de informatização para as áreas de carreira, gestão de desempenho, folha de pagamentos e benefícios, buscando aprimorar os processos de trabalho, informatizá-los e tornar mais acessível a vida funcional do servidor.

Desenvolvimento

Foco em redução do tempo de tramitação dos pedidos, redução da mão de obra necessária para a realização da atividade e na transparência.

Resultados

Implantação de módulos que reduziram em uma semana a tramitação processual nas unidades e diminuíram a tramitação de procedimentos em papel. Sete módulos já foram entregues.

Comunicação com os Servidores

Projeto

Aprimorar a forma de comunicação do Tribunal com os servidores, investindo em ferramentas e em uma interação mais transparente.

Desenvolvimento

Novo Portal do Servidor, mais colaborativo e moderno, trazendo todas as informações fundamentais à vida funcional, além de divulgação, às quintas-feiras, no canal de Notícias do TJSP, das principais ações e temas voltados ao interesse do servidor.

Resultados

Melhor navegação e maior transparência nas informações. O acesso dos servidores às matérias no site e intranet demonstra que havia uma necessidade de se responder a questões fundamentais à carreira e a outros assuntos de interesse.

Saúde do Servidor

Projeto

Consolidação do conceito de saúde integral, por meio parcerias e acordos de cooperação para aprimoramento do tratamento da saúde dos servidores, com foco na prevenção e no controle das principais patologias, com atuação direta no combate às enfermidades, por meio do corpo técnico de atendimento às principais demandas dos servidores.

Desenvolvimento

- Convênio com a Uninove para atendimento nas diversas áreas da saúde do servidor
- Protocolo de Análise de Deficiência para fins de aposentadoria
- Protocolo do Ministério do Trabalho para fins de aposentadoria por invalidez
- Auxílio aos servidores, aos gestores e aos magistrados para análise da capacidade laborativa
- Ampliação do quadro de médicos peritos no interior
- Ampliação da contratação de médicos e enfermeiros para reabrir ambulatórios fechados por falta de profissionais
- Manutenção dos serviços prestados pela equipe da Saúde
- Projeto NatJus, no qual a equipe de médicos auxilia magistrados na análise de pedidos médicos

Resultados

Comprometimento com a prevenção de doenças e acesso a resultados de pesquisas sobre o adoecimento da força de trabalho, assim como manifestação de interesse de instituições universitárias para realização de convênios semelhantes ao efetivado com a Uninove.



300
doadores cadastrados
**CAMPANHA
MEDULA ÓSSEA**



Concursos públicos

Editais concursos Contador Judiciário, Administrador Judiciário, Médico Judiciário e Enfermeiro Judiciário

Homologação dos concursos de Psicólogo Judiciário e Assistente Social Judiciário e demos posse a 95 psicólogos e 31 assistentes sociais

Posse a 607 escreventes – concurso válido Escrevente Técnico Judiciário Capital

Concursos em andamento – escreventes das 2ª, 3ª, 5ª a 10ª RAJs



Assuntos de Segurança Pública

Grupo com a missão de auxiliar as partes envolvidas em ações de reintegração de posse a chegarem a soluções negociadas e menos gravosas, tanto para as famílias que ocupam os imóveis como para os proprietários dos terrenos. Em 2018, quase 30 mil pessoas impactadas em casos analisados envolvendo processos do Fórum Cível Central; dos Foros Regionais de Santana, Lapa, Itaquera e das Comarcas de Ribeirão Preto, Osasco, Itaquaquecetuba e Guarulhos.





Gaorp - Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse

Projeto

Aperfeiçoamento das atribuições do Gaorp.

Desenvolvimento

Definições: após, análise e acolhimento do pedido pelo juiz Coordenador do Gaorp, se preenchidos os seguintes requisitos: solicitação do magistrado condutor do processo; reintegrações de posse de mais de ano e dia; alta complexidade, esta, sob a ponderação do magistrado condutor do processo, designa-se reunião conduzida pela coordenação do Gaorp com as partes do processo; seu magistrado e, com o Grupo do Gaorp, propriamente dito.

Resultado

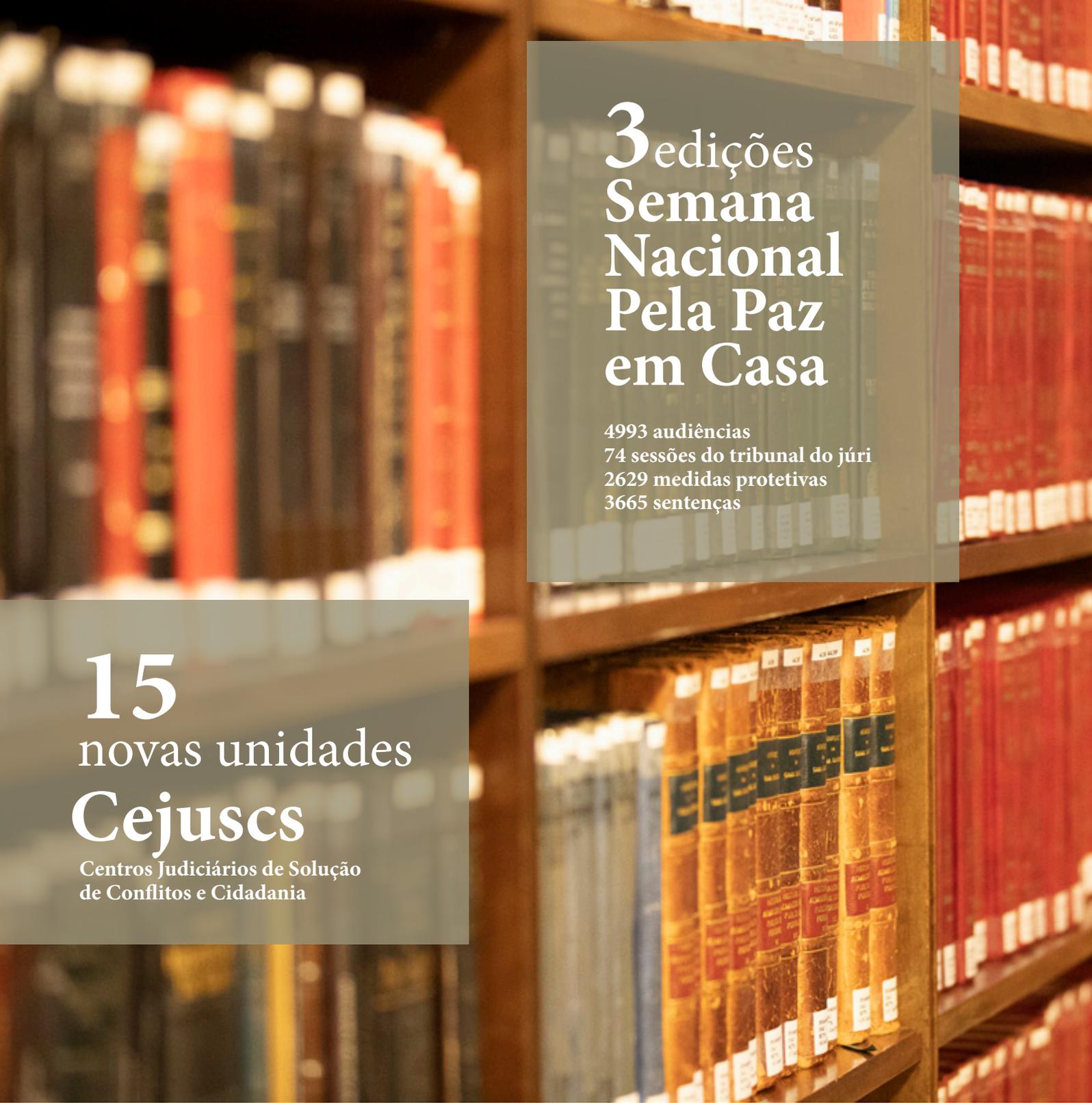
Realizadas 10 reuniões relativas a 9 processos encaminhados, observando-se que, alguns deles, ensejaram mais de uma reunião, havendo reflexo para um número, aproximado de 9.900 pessoas. Dentre esses processos, destaca-se a Ação Civil Pública – Ordem Urbanística nº Ação Civil Pública – Ordem Urbanística nº 1028776-10.2017.8.26.0224, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos, cujo resultado alcançado na reunião do Gaorp deverá atingir outras 28 ações civis públicas em andamento naquela comarca, nas quais 20.742 pessoas estão envolvidas.



The background of the page is a detailed, light-colored stone or plaster relief. It features a central motif of a bird's head, possibly an eagle or a similar bird, with its wings spread and its beak slightly open. The bird is surrounded by intricate floral and scrollwork patterns. The relief is set against a textured, brick-like background. The overall tone is warm and classical.

Assuntos Jurisdicionais

Em ano de pleito eleitoral majoritário, foi possível reduzir o fluxo de demandas presenciais de certidões nas unidades cartorárias do TJ por meio de emissão de certidões de 2ª instância pelo site. A integração digital dos oficiais de Justiça na tramitação eletrônica de processos e de documentos possibilitou maior celeridade no cumprimento das ordens judiciais.



3 edições Semana Nacional Pela Paz em Casa

4993 audiências
74 sessões do tribunal do júri
2629 medidas protetivas
3665 sentenças

15 novas unidades Cejuscs

Centros Judiciários de Solução
de Conflitos e Cidadania

Emissão de Certidões de 2ª Instância pelo Portal

Projeto

Uma das grandes demandas em anos pares, a expedição de certidões para fins eleitorais referentes aos processos de 2ª Instância sempre foi realizada de forma manual, o que potencializava o risco de erros e gerava represamento na execução da tarefa, face ao exíguo número de servidores e ao acentuado volume de requerimentos.



Mutirão dos Processos de Poupança

Projeto

Com a validação do Supremo Tribunal Federal ao acordo firmado entre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e as entidades civis de defesa dos consumidores e poupadores, e o conseqüente lançamento do portal de acordos da Febraban, tornou-se necessária a criação de estrutura para atendimento de advogados e partes interessadas em acessar os processos de expurgos inflacionários.

Desenvolvimento

Reserva de área em um dos galpões destinados ao acondicionamento dos processos sobrestados em 2ª instância, no Complexo Ipiranga, e deslocamento de funcionários para a absorção da nova demanda.

Resultado

Entre maio e dezembro foram desarquivados 24.984 processos a pedido dos interessados, disponibilizados para consulta em balcão e extração de cópias, sem qualquer impacto negativo no desenvolvimento das atribuições regulares dos setores existentes no local.

Desenvolvimento

Foi desenvolvido o módulo de emissão de certidões de 2ª Instância no portal do TJSP, inicialmente apenas para as certidões negativas para fins eleitorais, que representam cerca de 70% do total.

Resultado

As certidões são emitidas diretamente pelo portal, sem a intervenção de servidores. Com a redução do manuseio, as demais certidões – negativas com ressalva e positivas –, assim que expedidas, são encaminhadas aos interessados por e-mail, com reflexo direto na redução do fluxo de pessoas às unidades responsáveis.



UPEFAZ

Unidade de Processamento das
Execuções contra a Fazenda Pública

Nova unidade da capital, visa a conferir agilidade, transparência e eficiência ao pagamento de precatórios, por meio da padronização e simplificação dos fluxos de trabalho, capacitação de servidores nas novas rotinas e readequação da estrutura física.



Desocupação de um dos Galpões do Complexo Ipiranga

Projeto

Com o aumento da quantidade de processos digitais, somado ao fato de que os processos sobrestados relativos à poupança, que permanecem arquivados no Complexo Ipiranga, são menos volumosos, constatou-se a possibilidade da redução do espaço físico utilizado para o armazenamento dos processos físicos em acervo.

Desenvolvimento

Foi solicitado à empresa terceirizada encarregada da gestão do acervo que, gradativamente, passasse a fazer o remanejamento das caixas remanescentes aos outros dois galpões existentes.

Resultado

Em junho, o galpão nº 3, totalmente esvaziado, foi disponibilizado à Administração.

Portal de Intimações para o Ministério Público – 2º Grau

Projeto

De forma similar à integração com a Defensoria Pública para intimações e citações, a iniciativa visa à integração entre os portais do TJSP e do Ministério Público, em 2º Grau, para intimações dos processos eletrônicos.

Desenvolvimento

Em dezembro, durante fase de testes da integração, foi solicitada, pelo Ministério Público, a inclusão de informação da especialização da Procuradoria destinatária do ato.

Regionalização de Varas

Projeto

Estudo, em face do PLC 47/12, que dispõe sobre a organização e a divisão judiciária do Estado, para consolidação de um ambiente de maior segurança jurídica e fortalecimento das decisões, acentuando a cultura de precedentes judiciais e possibilitando ao ofício judicial vinculado à Vara Regional a especialização das atividades de sua equipe, o que importará em maior qualidade, padronização e agilidade dos procedimentos.

Desenvolvimento

Estudos e levantamentos de viabilidade, análises de cenários, regras de competência e de redistribuição/migração para a Regionalização de Varas de Improbidade Administrativa, Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa, Agrário, Falência, Recuperação Judicial e Empresarial, Execução Fiscal e Turmas de Colégio Recursal. Análises de mecanismos e ferramentas disponíveis para o Tribunal, bem como avaliação de possíveis necessidades de alteração estrutural, relacionando-se os impactos gerados.

Central de Mandados Digital

Projeto

Inserção dos oficiais de Justiça no conceito de fluxo digital e nas filas de trabalho, integrando-os à tramitação eletrônica de processos e de documentos.

Desenvolvimento

A primeira fase foi concluída com a implantação em toda a Capital das centrais de mandados digitais, com exceção do Foro da Barra Funda, e em cinco grandes centrais de mandados pertencentes à 1ª RAJ, além de Espírito Santo do Pinhal. Já foi definido o cronograma para a segunda fase que atenderá todas as centrais de mandados do Estado em 2019.

Resultados

A tramitação eletrônica dos mandados entre as unidades judiciais e as centrais de mandados digitais possibilitou maior celeridade no cumprimento das ordens judiciais e da prestação jurisdicional suprimindo fases de cargas e encaminhamentos físicos dos mandados.

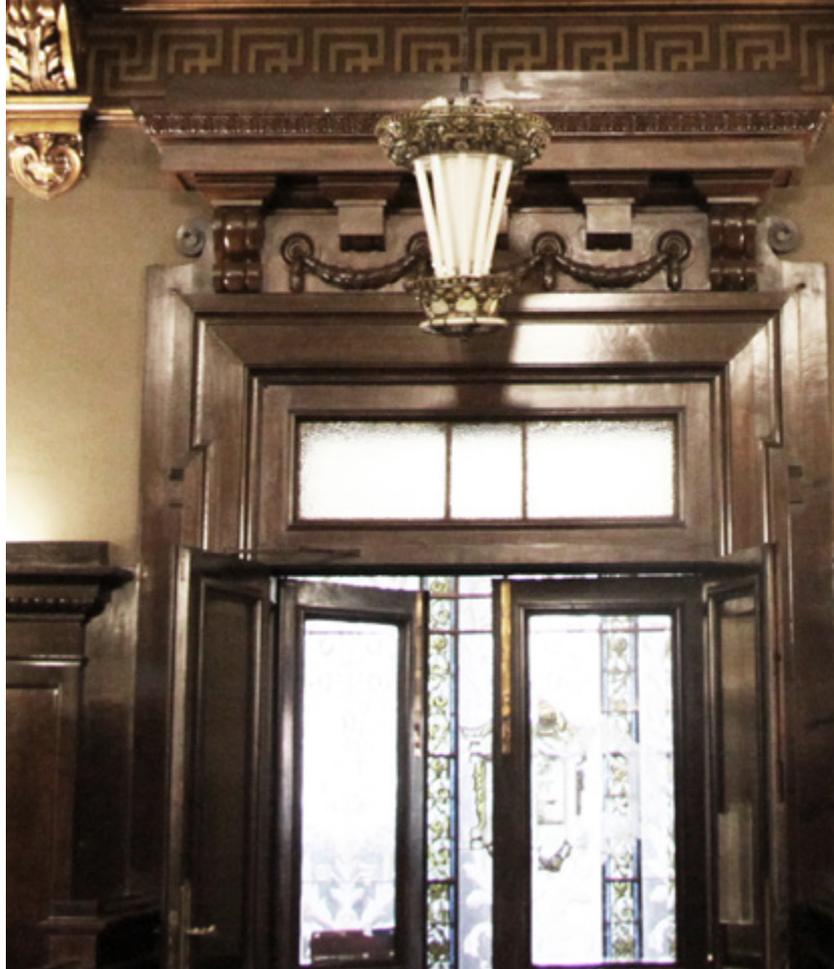
Controladoria de Mandados

Projeto

Objetivos: (i) a extração automática dos mapas de Justiça Paga e Gratuita, dando origem aos relatórios de indenização dos oficiais de justiça, agrupando os mandados de ato único conforme disciplinam as NSCGJ; (ii) automatização e padronização na emissão das certidões pelos Oficiais de Justiça; e, (iii) a possibilidade das Guias de Recolhimento de Diligências (GRD) serem direcionadas para uma única conta, facilitando sua administração.

Desenvolvimento

Prevista na ERS 2014.0219, está em fase de correção de funcionalidades para o início do projeto-piloto.



Arquivo

Projeto

Serviço de Arquivo dos processos físicos da Capital e do Interior, visando maior economicidade para o Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual possui um acervo de cerca de 73.600.000 processos arquivados. Além de objetivar a economia de recursos financeiros, há também a preocupação na gestão e guarda dos processos de caráter permanente e a destinação segura dos processos aptos ao descarte, aumentando a expectativa de ganho, uma vez que haverá sensível diminuição da demanda de espaço para a guarda de processos.

Desenvolvimento

Contratação de serviços para guarda, gestão e eventual digitalização do acervo de processos arquivados. Tratamento efetivo visando ao descarte dos processos com temporalidade cumprida. Análise visando à correta conservação dos processos destinados à guarda permanente.

Resultado

Diminuição dos custos com arquivamento e desarquivamento de processos. Correta formação do acervo dos processos e documentos arquivísticos do Poder Judiciário de São Paulo.



3.059
decisões diversas

65
votos e
declarações
de votos

75
suspensões de
liminares analisadas

Juízo de
admissibilidade
de 605 recursos
especiais
e extraordinários

Termo Circunstanciado de Ocorrência da Polícia Rodoviária

Projeto

Padronizar o encaminhamento ao TJ do Termo Circunstanciado de Ocorrência que permitiu a sua lavratura a princípio em meio físico, conforme expediente da Polícia Rodoviária Federal, nos moldes do artigo 69 da Lei 9.099/95.

Desenvolvimento

Pilotos nas comarcas elencadas no Comunicado SPI 27/2018, nas quais a autoridade Policial encaminha ao e-mail institucional do cartório do distribuidor mensagem eletrônica concedendo acesso ao Termo Circunstanciado por meio de *link* direto ao sistema da Polícia Rodoviária Federal (SEI-PRF). O servidor responsável acessa o sistema da Polícia Federal e baixa o arquivo correspondente do TCO, providenciando sua distribuição no sistema SAJ/PG5, no formato digital, na competência e classe correspondente ao caso.

Resultado

Em fase de expansão, com determinação da Corregedoria, para verificação de outras origens que não estarão incluídas no formato digital, como Polícia Federal, Polícia e Militar.

Modelo de Gestão de Recolhimento de Custas Judiciais

Projeto

Elevar a arrecadação, a partir das experiências desenvolvidas por diversos tribunais de Justiça estaduais, como o Tribunal de Justiça de Santa Catarina que ampliou em 30% a arrecadação e o Tribunal do Rio Grande do Sul, que teve incremento de 24 vezes na receita proveniente do recolhimento de custas.

Desenvolvimento

Análise das legislações de custas judiciais, em face da Lei Estadual 11.608/03, que disciplina o recolhimento de custas deste Tribunal, o que resultou numa proposta de Projeto de Lei para atualização da lei de custas. Atualmente, o projeto está na fase de pesquisa e coleta de dados relativos à fiscalização e cobrança de custas judiciais. A expectativa é que o novo modelo traga grandes inovações, entre as quais a implantação de um sistema que permitirá a centralização da cobrança de custas finais na comarca da Capital e, encaminhamento a protesto das custas não pagas.

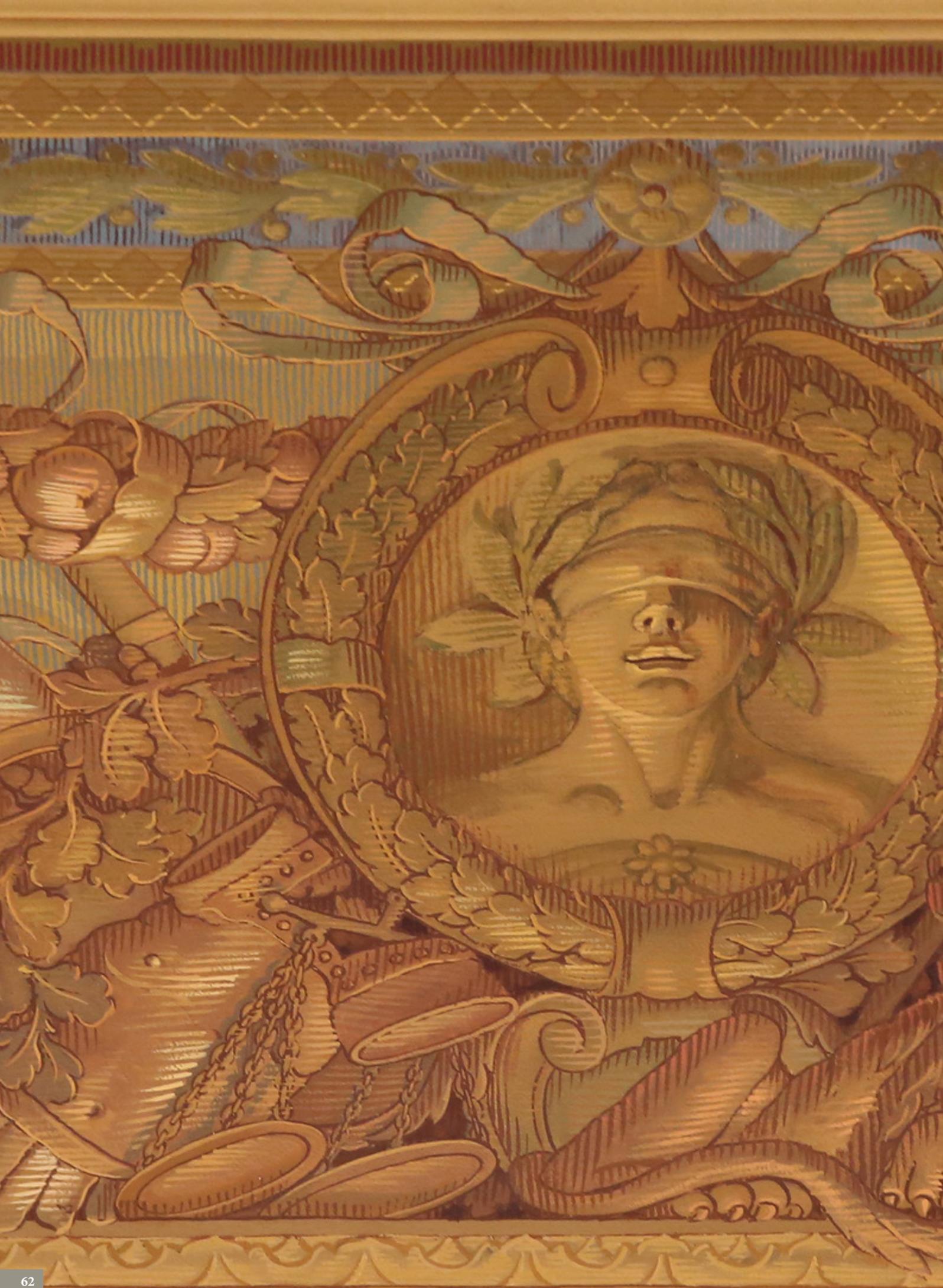
Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Projeto

Adoção do Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido pelo TRF 4, que visa à gestão de processos eletrônicos de forma simples e acessível, bem como a “libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real”. Os diversos tribunais que o adotaram o SEI obtiveram excelentes resultados e grande economia. O STJ, por exemplo, economizou R\$ 23 milhões no primeiro ano de uso.

Desenvolvimento

Em fase de coleta dos dados e informações.





Designação de Magistrados

Auxílio à elaboração de projetos de lei, entre os quais o que permitem a criação de novos cargos de juiz substituto em 2º grau e de novas Varas Regionais, o que permitirá maior agilidade e eficiência no exercício da Magistratura.



PRUDENTIA



Transferência do acervo e tramitação digital dos processos

Projeto

Com a transferência da Secretaria da Magistratura para o Complexo Administrativo Praça do Patriarca, a manutenção do acervo tornou-se prescindível, haja vista a ocupação desnecessária de espaço.

Desenvolvimento

Todos os processos foram remetidos ao Arquivo Geral do Ipiranga e a maioria dos processos passou a ser tramitada digitalmente, utilizando o sistema SAJ-ADM (CPA).

Resultado

A remessa dos processos foi finalizada e a tramitação digital conferiu maior agilidade e modernização às rotinas de trabalho.

Informatização do Processo Eleitoral

Projeto

Sistema informatizado para as eleições dos cargos de Direção e Cúpula do Tribunal e do Conselho Consultivo da Escola Paulista de Magistratura (EPM), executadas com auxílio do Tribunal Regional Eleitoral.

Desenvolvimento

Estudo para adotar sistema semelhante ao utilizado para as eleições do Órgão Especial.

Resultado

Estimativa de entrega do sistema em julho de 2019.



Projetos de Lei aprovados na Assembleia Legislativa

LC 1330/18

30 cargos de juiz de Direito
substituto em 2º Grau

LC 1336/18

40 varas regionais e 40 cargos de
juiz de Direito, com competência a
ser definida pelo Órgão Especial

Lei 16788/18

Aumento da destinação para o
Fundo Especial de Despesas de 30%
para 60% do valor arrecadado com
a Taxa Judiciária

LC 1337/18

Estrutura permanente
para as Turmas
Recursais dos
Juizados Especiais
com respectivos
cargos de juiz de
Direito e estrutura
administrativa
correspondentes, além
de criação da Turma
de Uniformização de
Jurisprudência



Pagamento de Folhas Suplementares

Projeto

Adequação dos pagamentos à situação financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça com a alteração da ordem de prioridade – pagamentos de indenização de dias de licença-prêmio, férias e compensação nas últimas posições da fila.

Desenvolvimento

Os valores pagos também foram alterados, sendo praticados atualmente valores fixos: R\$ 15.000 para magistrados de 1ª instância e R\$ 20.000 para os de 2ª Instância.

Resultado

Otimização dos pagamentos às novas realidades do Tribunal.

Novo Regramento de Créditos de Dias de Compensação

Projeto

Alteração da Resolução 618/13, que regulamenta o crédito de dias de compensação com o objetivo de unificar os critérios e uniformizar a normatização da matéria, visando a um regramento mais eficiente.

Desenvolvimento

Aprovação da minuta de resolução pelo Conselho Superior da Magistratura e nova resolução pelo Órgão Especial.

Resultado

Edição da Resolução 798/18, que limita o crédito a 10 dias/mês e, em atendimento às exigências do CNJ, reduz a anotação de créditos em 50%.







Controle Interno

Com vistas a assegurar a legalidade, economicidade e eficiência no desempenho das gestões administrativas foram efetuadas, ao longo do ano, auditorias internas, inspeções e fiscalizações visando a verificar a regularidade dos procedimentos e sistemas adotados pelo Tribunal na execução de suas atividades, bem como avaliar o grau de adequação às exigências legais e às metas estabelecidas, além de fornecer informações gerenciais para tomada de decisões, gerando benefícios, mensuráveis e não mensuráveis, ao erário.





Auditoria nos contratos de motoristas terceirizados

Projeto

A partir da análise dos dados registrados no sistema Frotas e das fichas CMOV, entrevistas e pesquisas junto ao gestor e fiscais do contrato e principalmente, pela análise dos riscos, por amostragem.

Desenvolvimento

O Relatório de Auditoria foi enviado à unidade em 14/12 com prazo de 90 dias para acolhimento às recomendações apresentadas.

Resultado

Os dados contidos no Relatório auxiliaram a unidade auditada na fundamentação do Termo de Referência da licitação de transporte por aplicativo, e na economia em valores empenhados de R\$ 2.419.101,18.

Liberação de valores inscritos em Restos a Pagar

Projeto

Plano de ação para agilizar o trâmite para cancelamento de valores inscritos em Restos a Pagar - Fonte FED, a fim de disponibilizar recursos orçamentários para atendimento de outras demandas do Tribunal.

Desenvolvimento

Saldo de R\$ 290,7 milhões correspondentes a 1.848 NE's (Notas de Empenho), incluindo valores empenhados com recursos do Fundo Especial (FED), do Tesouro e de Taxas Judiciárias. Cada Secretaria/Diretoria indicou os montantes que poderiam ser liberados para cancelamento.

Resultado

Das respostas recebidas, correspondentes a R\$ 91,2 milhões, foi autorizado o cancelamento de R\$ 39,2 milhões (43,0%). Ainda aguardamos manifestação das áreas a respeito de R\$ 199,4 milhões inscritos em Restos a Pagar, sendo relevante apontar que este montante inclui o valor de R\$ 128 milhões, relativo à avaliação de mercado para desapropriação dos imóveis da rua Conde de Sarzedas, 38 e 100, além do montante aproximado de R\$ 35,7 milhões relativo a contratos da STI.

Auditoria de Gestão nos Contratos de Outsourcing

Projeto

Auditoria no contrato 270/13 inclui os serviços de locação de 12.540 impressoras multifuncionais, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, fornecimento de insumos (exceto papel) e gerenciamento de impressões.

Desenvolvimento

O Relatório Final de Auditoria constatou a oportunidade de melhorias na gestão do contrato.

Resultado

Redução dos valores pagos totalizando R\$ 6.133.778,42 se comparados com os gastos de 12 meses anteriores à auditoria, em razão da apuração de impressões efetuadas ter se reduzido para 54% do que era faturado. Além disso, tramita o expediente CPA 2018/28235 visando o ressarcimento de R\$ 9.920.469,85 relativos a projeção de valores faturados a maior, desde o início da contratação. Implantação de cronograma para revisão e limpeza de todas as impressoras e análise de viabilidade de abertura de procedimento apuratório.

Economia

Diferença das impressões	Diferença do valor
15.296.968	R\$ 308.328,83
36.138.992	R\$ 773.306,01
26.381.115	R\$ 550.507,19
26.130.127	R\$ 566.329,87
20.961.250	R\$ 422.731,35
26.795.211	R\$ 580.128,81
23.898.207	R\$ 458.854,82
29.344.587	R\$ 576.984,41
25.424.845	R\$ 501.253,71
20.348.573	R\$ 355.525,17
24.873.892	R\$ 492.181,06
27.694.493	R\$ 547.647,19
Total	R\$ 6.133.778,42



Monitoramento da Desoneração da Folha de pagamento nos contratos de TI

Projeto

Revisão dos contratos de serviços de Tecnologia da Informação - TI em razão da aplicação da Lei nº 12.546/11 que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal - CPP de 20% sobre a folha de pagamento pela alíquota de 2% (1) de contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB.

Desenvolvimento

Cálculos realizados de acordo com os critérios estabelecidos em capacitação promovida pelo CNJ, sendo certo que fatos supervenientes podem alterar o resultado apurado.

Resultado

Ações realizadas em 2018: 4 análises de processos da empresa Softplan. Resumo dos valores recuperados com o trabalho de desoneração da folha de pagamento (ressarcimentos e redução contratual):



ECONOMIA EFETIVA DECORRENTE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

EMPRESA	QUANT. CONTRATOS	2016	2017	2018	TOTAL
MPS	1	2.701.499,77	1.946.844,41	1.474.445,77	6.122.789,95
PRODESP	10	-	838.494,15	1.752.983,28	2.591.477,43
ARCON	2	187.450,42	10.943,09	-	198.393,51
MICROSOFT	1	-	411.763,39	-	411.763,39
SOFTPLAN	8	-	736.167,16	-	736.167,16
MÓDULO SECURITY	1	-	283.696,98	400.000,00	683.696,98
TOTAL	23	2.888.950,19	4.277.909,18	3.627.429,05	10.744.288,42

**Valores parciais referente ressarcimento e redução contratual*





Planejamento

A revisão do Planejamento Estratégico visa à economicidade e à elevação da agilidade processual, com maior celeridade e qualidade da prestação de serviços à sociedade. A 2ª edição do Programa Judiciário Eficiente, desenvolvida com enfoque na produtividade por servidor, é uma importante ação para sustentar o Planejamento.

Nova Proposta de Planejamento Estratégico

Projeto

Novo Planejamento Estratégico, tendo em vista o dinamismo dos cenários e a necessidade alinhá-los com a missão institucional, com foco na área fim do TJSP, em conformidade com a Resolução 198/14, do CNJ.

Desenvolvimento

Em seis fases: (1) composição de equipe multidisciplinar; (2) diagnóstico; (3) avaliação/validação da missão, visão e valores; (4) definição das diretrizes estratégicas; (5) elaboração de metas e indicadores; (6) homologação dos objetivos, metas e indicadores. O conteúdo abrange as fases de elaboração, os princípios estratégicos, o mapa das diretrizes, as próprias diretrizes, as metas de longo prazo, o glossário de indicadores estratégicos e bibliografia.

Resultado

Por meio da gestão estratégica, com foco em produtividade, o desdobramento do novo Planejamento poderá propiciar: alocação de recursos diante das necessidades; ações direcionadas à solução de problemas; economicidade; projetos alinhados à estratégia; elevação da agilidade processual, com maior celeridade e qualidade da prestação de serviços à sociedade.

Proposta de Reformulação dos Critérios Atuais de Entrância

Projeto

Nova proposta de divisão das comarcas em entrâncias, a partir do estudo de variáveis, potencialmente, relevantes e, da aplicação de análises estatísticas.

Desenvolvimento

Sugeriu-se a classificação das comarcas com base apenas no quantitativo de casos novos, visto que a variável de um ano é a que melhor prediz o quantitativo de casos novos no ano seguinte e para





Programa Judiciário Eficiente – 2ª Edição

Projeto

Originalmente editado para reduzir a Taxa de Congestionamento do 1º Grau Comum e Juizados Especiais, teve sua 2ª edição desenvolvida, com enfoque na produtividade por servidor, na busca de indicador que possibilite o alcance das metas definidas. O Programa é uma importante ação para sustentar o Planejamento Estratégico, possibilitando a execução da missão institucional, com excelência.

Desenvolvimento

A implantação da 2ª edição do Programa passou pela fase de estudos de novos parâmetros; elaboração de nova portaria e, criação de plano de comunicação. A edição foi implantada em outubro de 2018 e ao final de um ano (outubro de 2019), às unidades que atingirem as metas estabelecidas poderão ser outorgados com selos ouro, prata e bronze.

Resultado

Espera-se uma grande movimentação de baixa processual, o que poderá afetar indicadores comunicados ao CNJ e que fazem parte do Justiça em Números (Resolução CNJ nº 76/2009), trazendo aumento do Índice de Atendimento à Demanda (IAD) e Índice de Produtividade por Servidor (IPS), bem como, reduzindo a Taxa de Congestionamento (TC). Os bons resultados dos indicadores, trarão reflexos diretos na imagem institucional e, sobretudo, nos serviços prestados à sociedade.

evitar redundância com outras variáveis ou indicadores (como número de eleitores, PIB e número de servidores, por exemplo).

Resultado

Em fase de comparação dos resultados obtidos com o critério atualmente utilizado, apontando-se comarcas especialmente destoantes e calculando-se quantas comarcas seriam reclassificadas.





Relatório dos Maiores Litigantes

Projeto

Identificação dos maiores demandantes e maiores demandados relacionados às pessoas jurídicas, nos processos entre janeiro de 2016 e junho de 2018, segmentados nos seguintes ramos: bancos, educação, saúde, energia, imobiliárias e construtoras, seguradoras e cadastro de inadimplentes.

Desenvolvimento

Verificou-se que os municípios representaram 78% dos 200 maiores demandantes, responsáveis por 63% dos processos distribuídos. Os bancos e financeiras vêm em segundo lugar, com 11% dos maiores demandantes e 21% dos processos. Os maiores demandados pelos municípios foram bancos, imobiliárias e construtoras, sendo que, em quase sua totalidade, os processos são de competência de Execução Fiscal.

Resultado

Os réus dos maiores demandantes pertencentes ao setor financeiro são, em sua maioria, pessoas físicas e têm, geralmente, menos de 25 processos. Nota-se que alguns bancos apresentaram quedas consistentes nos últimos dois anos. A faixa de valor nominal de causa, predominante, é entre R\$ 10.000,01 e R\$ 50.000,00, e o assunto mais frequente é alienação fiduciária.



The background image shows the interior of a grand, classical building. It features tall, white columns with dark, ornate capitals. The ceiling is highly decorative, with intricate carvings and a series of small, square, recessed panels. The lighting is warm and golden, highlighting the architectural details. The overall atmosphere is one of elegance and historical significance.

Reconhecimento

“Selo Ouro”, conferido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Prêmio Innovare, na Categoria Tribunal, com o programa Adote um Boa-Noite foram alguns das premiações recebidas em 2018.

Prêmio Justiça em Números

O Tribunal de Justiça de São Paulo recebeu o Selo Ouro da premiação Justiça em Números 2018, concedida pelo Conselho Nacional de Justiça. É o segundo ano consecutivo que o TJSP consta na Categoria Ouro do Judiciário brasileiro. A premiação reconhece a eficiência do Judiciário paulista na atividade-fim, fruto do esforço e dedicação de seus magistrados e servidores.

O Selo Justiça em Números, desde 2013, tem por objetivo fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números. A premiação do CNJ inclui quatro categorias: Diamante; Ouro; Prata e Bronze. Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações, também são avaliados o nível de informatização dos tribunais, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico; o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação, além, é evidente, do aumento da produtividade.

Novas exigências foram incluídas na edição de 2018, entre elas, dar prioridade aos julgamentos de ações de violência doméstica e homicídios. A pontuação foi conferida aos tribunais que informaram periodicamente ao CNJ a quantidade de ações julgadas nos juizados especiais e varas especializadas em violência contra a mulher. Também foi reconhecido o envio de dados sobre a remuneração dos magistrados, conforme determinado pela Portaria nº 63/17. Outro requisito inserido em 2018 foi o envio dos dados referentes aos julgamentos ocorridos no Mês Nacional do Júri, instituído pelo CNJ, que estabelece o esforço concentrado no mês de novembro.





Tribunal de São Paulo é o que menos pesa na economia de seu Estado

30% menos que a média nacional.

Mesmo gastando menos, São Paulo tem o segundo maior Índice de Produtividade por Magistrado (IPM), que atingiu 2.363, 28% acima da média nacional.

São Paulo tem maior índice de sentenças por magistrado

O número de sentenças proferidas por magistrados paulistas (1º e 2º graus) é 70% superior à média dos tribunais estaduais.

São Paulo contribuiu para produtividade histórica da Justiça brasileira

O IPS-Jud atingiu 170, acima da média da Justiça Estadual, que é de 159. O indicador computa os processos baixados por servidor da área judiciária. O IPM paulista alcançou 2.363, 28% acima da média nacional (1.844) e é o segundo maior do Brasil. O número é calculado pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados que atuaram durante o ano na jurisdição.





Prêmio Innovare

O Tribunal de Justiça de São Paulo venceu, na categoria Tribunal, a 15ª edição do Prêmio Innovare com o projeto “Adote um Boa-Noite”. A premiação, lançada em 2004, tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aumento da qualidade, modernização e aprimoramento da Justiça no Brasil. Os vencedores nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania foram escolhidos pela comissão julgadora composta por 31 participantes.

O programa Adote um Boa-Noite visa a estimular a adoção de crianças e jovens com mais de oito anos e que possuam algum tipo de deficiência. O site www.adoteumboanoite.com.br divulga fotos e relatos de crianças e adolescentes acolhidos pelo Poder Judiciário, sem chance de adoção por falta de interessados. Dos jovens 56 jovens que participaram do projeto ao longo do primeiro ano, quatro já foram adotados e 17 estão em alguma fase do processo (estágio de convivência ou aproximação). Mais de 400 pessoas manifestaram interesse em adotar e todos os pretendentes precisam passar por uma avaliação antes da aproximação com as crianças.

A campanha foi desenvolvida gratuitamente pela agência F/Nazca a pedido do TJSP. A ideia é dar visibilidade a esses jovens, mostrando-os como sujeitos de direitos, parte integrante da sociedade, além de tentar contribuir com a evolução da concepção social de adoção, ampliando a baixíssima quantidade de adoções de crianças com mais de oito anos ou com deficiência - cerca de 90% daqueles que se candidatam a adotar pretendem crianças pequenas. Para a divulgação, o Tribunal contou com o apoio da imprensa e parcerias com os times de futebol Corinthians e São Paulo e com as empresas de transporte de públicos como Metrô, CPTM, EMTU, ViaQuatro e ViaMobilidade.

Prêmio Conbrascom

O programa Adote um Boa-Noite, também foi o primeiro colocado na categoria “Relacionamento com a Mídia” do XIV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, realizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ). O Tribunal de Justiça de São Paulo foi o vencedor também nas categorias “Comunicação de Interesse Público”, com a campanha “Juntos Podemos Parar o Abuso Sexual nos Transportes” e “Mídia Digital”, com o aplicativo TJSP Mobile. Na mesma categoria a TV Corporativa TJSP-TV ficou em terceiro lugar.

A premiação é iniciativa do FNCJ, organização não governamental, sem fins lucrativos, formada por assessores de comunicação do Judiciário (incluindo Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça), Defensoria, Ministério Público, Tribunais de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil e instituições afins. Ao todo são 15 categorias. A edição de 2018 alcançou o recorde de 286 trabalhos inscritos – cada instituição pôde concorrer com até sete trabalhos. O TJSP foi o mais premiado. A Comissão Julgadora contou com 36 profissionais da área de Comunicação Social (jornalistas, radialistas, professores, publicitários, assessores etc.) de diversas regiões do Brasil.

A campanha “Juntos Podemos Parar o Abuso Sexual nos Transportes” tem por objetivo uma mudança cultural contra o machismo, dando visibilidade





à violência naturalizada e silenciada. A ideia é intimidar e constranger o abusador, reforçar o apoio à vítima, estimular a denúncia e a não omissão e mostrar que juntos, instituições e passageiros podem acabar com o abuso sexual, inicialmente nos transportes, mas com reflexo em toda a sociedade. O projeto conta com a participação 14 instituições: TJSP, Ministério Público de São Paulo, OAB SP, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria Municipal dos Transportes, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Metrô, ViaQuatro, CPTM, EMTU/SP, SPTrans, EFCJ, Polícia Civil e Polícia Militar.

O App TJSP Mobile é mais uma ferramenta para facilitar o acesso da população aos serviços oferecidos pelo Judiciário paulista. O aplicativo, disponível para *download* na *AppStore* (sistema IOS) e *GooglePlay* (sistema Android), possibilita aos usuários, de forma rápida e segura, consulta às movimentações e pastas digitais dos processos e acesso aos endereços dos fóruns em todo o Estado, além de notícias, informações e serviços. O cidadão pode, em um simples clique, fazer consultas pelos nomes das partes e advogados, ou pelo número de processo, documento na delegacia, carta precatória de origem e registro do profissional na OAB.

A TV Corporativa TJSP TV conta com 100 telas espalhadas por 51 prédios da Justiça no Estado, cobrindo todas as Regiões Administrativas Judiciárias e oferecendo conteúdo dinâmico e acessível, de segunda a sexta, das 9 às 19 horas, com o objetivo de ser mais uma ferramenta de comunicação, interna e externa, para divulgação de serviços e informações da Corte aos diversos públicos dos fóruns: jurisdicionados, advogados, servidores e magistrados.

A stained glass window with a central panel featuring a scale of justice and the word "LEX". The window is divided into a grid of panels. The central panel is white with a black outline of a scale of justice. The word "LEX" is written in black capital letters across the middle of the scale. The surrounding panels are light blue and white with black outlines of acanthus leaves and scrolls. The left edge of the window has a vertical strip of yellow and orange panels with black outlines of acanthus leaves and scrolls.

10.296

acordos

**XIII Semana
Nacional da
Conciliação**

Prêmio Conciliar é Legal

O Prêmio Conciliar é Legal, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegou à sua nona edição contemplando práticas e estimulando a adoção de métodos consensuais de resolução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário. O projeto “DNA Conciliado é Legal”, foi vencedor na categoria “Juiz Individual - Justiça Estadual”, na figura do magistrado da Comarca de Dracena Marcus Frazão Frota. Também no critério “Total de Acordos realizados durante a XIII Semana Nacional da Conciliação”, o TJSP foi um dos três premiados. Os vencedores da categoria foram definidos pelo CNJ a partir do resultado da razão do total de acordos realizados durante a Semana dividido pelo total da população do Estado ou Região (dados do IBGE) multiplicado por 100 mil habitantes. Também foram premiados o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

O Judiciário paulista promoveu 20.098 sessões na área cível durante a XIII Semana Nacional da Conciliação, promovida de 5 a 9 de novembro de 2018. As sessões foram realizadas nos 222 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e nas varas do Estado. Foram firmados 10.296 acordos (51% de conciliações), com movimentação financeira de R\$ 62,5 milhões. Na área criminal, foram concretizadas 1.941 audiências, com 944 decisões homologatórias de transação penal e 123 decisões de composição de danos civis.

“DNA Conciliado é Legal” possibilitou a realização de exames de DNA gratuitos aos mais necessitados da região da Nova Alta Paulista, que antes tinham que se deslocar para outros centros, como a capital, para passar pelo procedimento. O projeto é fruto da união de esforços com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Dracena/SP, o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc), a Faculdade Unifadra/Fundec (com os cursos de Enfermagem) e a Prefeitura de Dracena. Organizado pela gestora do Cejusc de Dracena, Maria Dias Pereira de Medeiros, e de coautoria do juiz Marcus Frazão Frota, a iniciativa possibilitou a criação de um ambiente humanizado fora do edifício tradicional do Fórum, dotado de toda infraestrutura necessária tanto a para colheita de material biológico para o exame de DNA, como para a realização de mediações e conciliações no campo do Direito de Família, por meio de céleres procedimentos pré-processuais.





Impressão

Secretaria de Administração e Abastecimento
SAAB 6.1.2 | Serviço de Artes Gráficas, Encadernação e Carimbo

